



MARCO LEGAL DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90/2015



Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

MARCO LEGAL DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

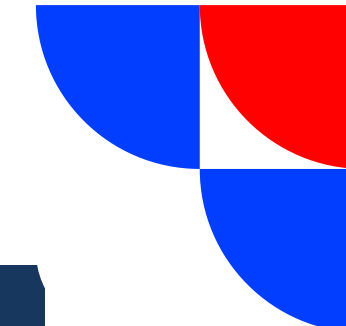
TRANSPORTE PÚBLICO DIREITO DO CIDADÃO DEVER DO ESTADO

CARÁTER ESSENCIAL, INDISPENSÁVEL AO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DE TODA POPULAÇÃO

MARCO LEGAL TPC NA PERSPECTIVA MUNICIPAL

OBJETIVO GERAL

CONFERIR MAIOR RESPALDO NA LEGISLAÇÃO FEDERAL PARA QUE OS MUNICÍPIOS POSSAM MODERNIZAR SUAS LEIS, CONTRATOS E PROGRAMAS, COM MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA E MINIMIZANDO OS RISCOS DE IMPUGNAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO FUTURA.



PRINCÍPIOS

**Universalização
do acesso**

**Qualidade na
prestação do
serviço à
população**

**Disponibilidade aos
cidadãos**



DIRETRIZES

**Incorporação de
novos serviços à
rede única e
integrada**

**Aperfeiçoamento
da Gestão Pública**

**Modernização dos
contratos**



ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

**Titulares dos
serviços**

**Planejamento da
rede (órgão
responsável)**

**Regulação local e
parâmetros
mínimos**



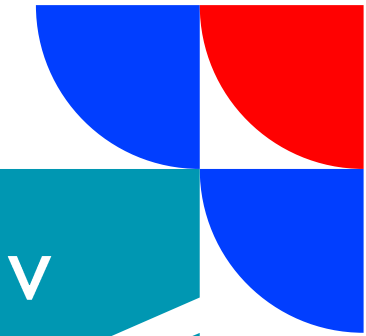
DEFINIÇÕES


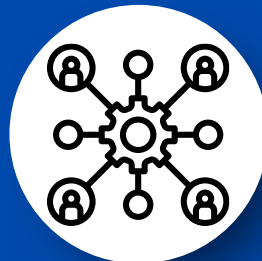

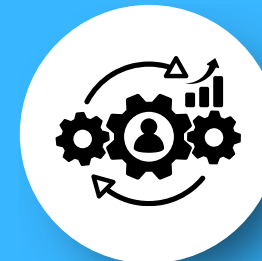

**Rede única,
integrada e
intermodal**

Serviços Básicos

**Serviços
Complementares**

**Serviços
Acessórios**



CAPÍTULO I	CAPÍTULO II	CAPÍTULO III	CAPÍTULO IV	CAPÍTULO V
				
Disposições Gerais	Organização dos Serviços	Financiamento dos Serviços	Operação	Disposições Finais
Descrição	Definições	Financiamento da infraestrutura	Contratação de operadores	Alterações Lei nº12.587, de 2012 (PNMU)
Princípios Fundamentais	Planejamento	Financiamento da operação	Regimento econômico-financeiro	Alterações Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades)
Diretrizes	Regulação			Alterações Lei nº 9.503, de 1997
Objetivos	Transparência, publicidade, direitos e deveres do usuário e controle social			

FÓRUM CONSULTIVO DE MOBILIDADE URBANA



Ministério da Economia



Associação Nacional
de Transportes
Públicos



Confederação Nacional
de Municípios



Fórum Nacional de
Secretários e
Dirigentes Públicos de
Mobilidade Urbana



Conselho Nacional de
Secretários de
Transportes



Instituto Brasileiro de
Defesa do Consumidor



Associação Nacional
das Empresas de
Transportes Urbanos



Associação Nacional
dos Fabricantes de
Ônibus



Confederação Nacional
dos Trabalhadores em
Transportes Terrestres

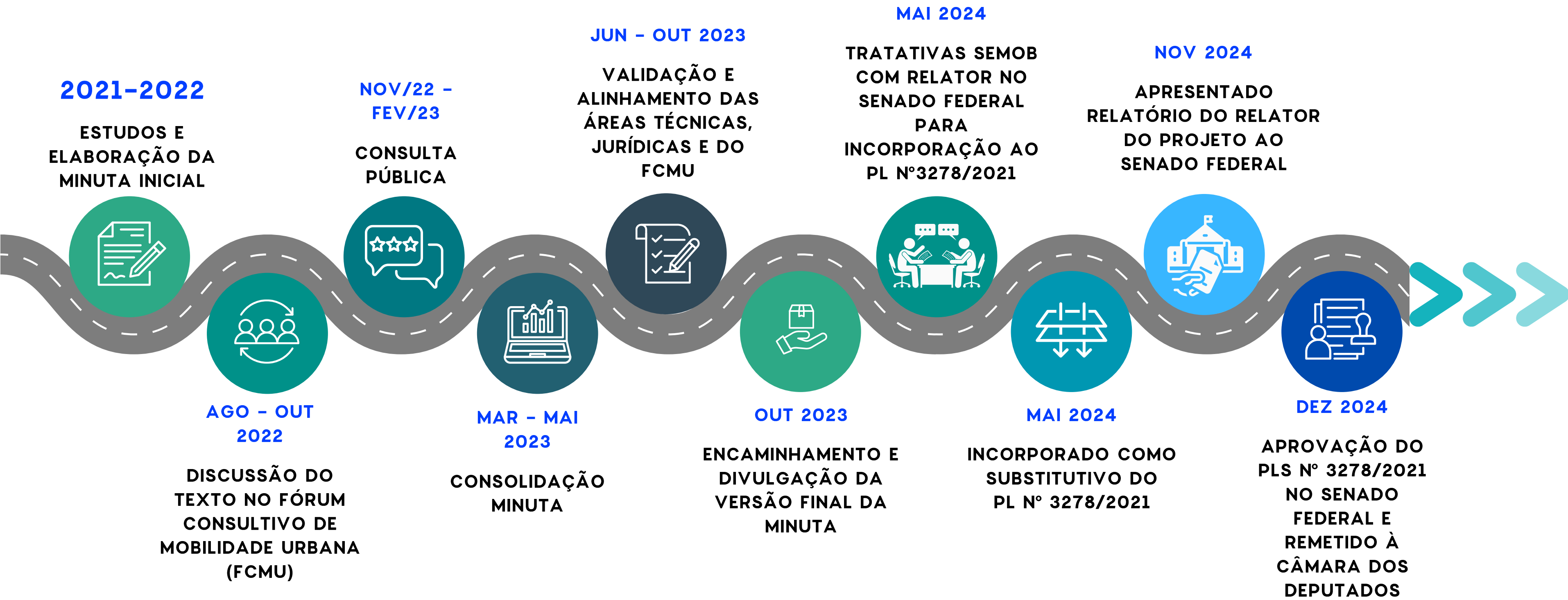


Frente Nacional de
Prefeitas e Prefeitos



Associação Nacional
dos Transportadores
de Passageiros sobre
Trilhos

LINHA DO TEMPO MARCO LEGAL



MARCO LEGAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEZ/2024
Apresentação do
PL nº 3278/2021
na Câmara dos
Deputados



ABR/2025
Designado relator;
Texto aprovado
sem emendas pela
CDU



**AUDIÊNCIA
PÚBLICA
14/08/2025**



FEV/2025
Recebimento pela
Comissão de
Desenvolvimento
Urbano (CDU)



JUN/2025
Requerimento de
Audiência Pública



PROGRAMAS DE MEDIDA INSTITUCIONAL

PAC
Programa de Aceleração
do Crescimento



ENMU
Estudo Nacional de
Mobilidade Urbana



PLANMOB
Plano Nacional de
Mobilidade Urbana



PPA
Plano Plurianual



NIB
Nova Indústria Brasil



PLANO CLIMA
Plano Nacional de
Mudança do Clima



CNDI
GT de Redução do Custo Brasil do Conselho
Nacional de Desenvolvimento Industrial



MOÇÕES DE APOIO

Desde sua divulgação, o projeto do Marco Legal TPC conta com o apoio de entidades representantes da sociedade civil atreladas ao tema



BICICULTURA 2023

CARTA DE
FLORIANÓPOLIS



CONSELHO DAS CIDADES

MOÇÃO DE APOIO À
TRAMITAÇÃO

CENÁRIO ATUAL 21 RMs

42%

dos sistemas ainda operam em regime precário de permissão ou autorização;

69%

dos contratos de concessão terão os seus prazos originais de vigência encerrados entre 2026 e 2040;

41%

dos contratos de concessão não estão disponíveis publicamente;

Apenas as RMs do Recife, Goiânia e Grande Vitória possuem instituições dedicadas para a coordenação da prestação de serviços de TPC em âmbito metropolitano, em diferentes níveis de compartilhamento de competências e responsabilidades entre os entes.

CENÁRIO ATUAL 21 RMs

60%

dos sistemas de TPC por ônibus aplicam algum subsídio para operação;

55%

dos modelos de subsídios ainda são executados pelo pagamento por passageiro pagante ou equivalente;

75%

das iniciativas de descarbonização da frota estão em sistemas regidos por concessões;

Belo Horizonte, Grande Vitória, Porto Alegre, Rio de Janeiro avançaram no pagamento por custo por quilometragem aferida, que permite maior controle do poder público sobre a oferta de serviços;

CENÁRIO ATUAL 21 RMs

62%

dos gestores de TPC por ônibus afirmam que seus sistemas possuem dados de GTFS, mas apenas 35% estão publicados;

75%

dos sistemas de TPC por ônibus possuem dados de GPS para monitoramento da frota, mas apenas 13% deles estão publicados;

85%

dos sistemas de TPC por ônibus possuem aplicativos estruturados por empresas privadas com estimativa de tempo real, que utilizam as bases de GTFS e GPS que partes das prefeituras e estados afirmam não possuem;

88%

dos sistemas de TPC por ônibus possuem SBE e 89% destes são controlados pelas empresas operadoras;

Apenas as RM's de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e RIDE Distrito Federal e Entorno possuem iniciativa para controle público do SBE.

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO